



## Líder do PL faz defesa do monopólio

"Nessa primeira fase dos trabalhos da Comissão de Sistematização não poderemos mudar nada do que foi aprovado pelos substitutos das comissões temática, nem mesmo a definição abominável de empresa nacional aprovada na Ordem Econômica". A informação é do líder do PL na Constituinte, deputado Adolfo Oliveira, escolhido pessoalmente pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), para coordenar os 12 relatores — 8 auxiliares e 4 adjuntos — que vão auxiliar na feitura do primeiro anteprojeto de Constituição a ser apresentado pela Sistematização no prazo máximo de 30 dias.

Autodefinindo-se como democrata e nacionalista, Oliveira disse que a sua defesa da duração do mandato do presidente Sarney e do Sistema de Governo a ser adotado no país depende dos resultados do plebiscito marcado para julho entre todos os membros do Partido Liberal, que já existe na totalidade dos estados brasileiros.

### Conceitos

A sua principal bandeira é a proteção à empresa nacional, com a nítida separação entre o conceito desta e de empresa estrangeira ou multinacional; ele se diz um defensor intransigente do monopólio estatal da Petrobrás, inclusive com o fim do contrato de risco e da reserva de mercado para a informática, desde que encarada com cuidado para que não se crie uma indústria artificial no país: "Não sou senofobo, mas não admito que empresas de capital estrangeiro ou misto se fantasiassem de empresas nacionais, com o intuito único de usufruir de seus subsídios e privilégios".

Em relação às Forças Armadas, o parlamentar defende que se conserve na nova Constituição o seu papel de intervir na ordem interna para defender a Carta Magna e exemplifica com a hipótese de um movimento armado para derrubar o regime: "em casos como este é indispensável a intervenção direta das Forças Armadas". Para ele, deve-se manter também os mesmos ministérios militares de agora: "sou radicalmente contra a criação do ministério da Defesa que só iria encarecer a administração. Além disso, os Estados Unidos fizeram a experiência e não deu certo; desde a implantação do Departamento de Defesa americano, o país não consegue ganhar mais uma guerra, é só ver os exemplos recentes da Coreia e do Vietnã".

Quanto à reforma agrária, o coordenador da Sistematização propõe-se a conversar com o atual ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, para ter uma ideia clara do que é possível fazer na situação atual do País. Ele diz que é urgente e necessário evitar o conflito, através de uma reforma que atinja terras improdutivas e abandonadas: "A ideia é desapropriar terras férteis e não aproveitadas por seus donos, pois não se pode fazer reforma agrária verdadeira distribuindo-se cascalho para o povo". Sobre o substitutivo da Comissão da Ordem Social, que aprovou a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, disse não ter ainda ponto de vista firmado.

### Judiciário

Em relação à reforma do Judiciário, ele defende o reforço dos poderes do Supremo Tribunal Federal para resolver e defender os preceitos constitucionais, com a retirada de questões ordinárias para a competência de tribunais regionais. "Confesso que não sou entusiasta da criação de um Tribunal Constitucional Superior ao Supremo, como foi proposto por várias Comissões. Essa experiência já foi feita em países como Portugal, Chile e Espanha, e mesmo assim não evitou o salazarismo, ou Pinochet ou o franquismo".

Josemar Gonçalves



Deputado diz que crise econômica inviabiliza desmembramentos

## Vianna ameaça rejeitar redivisão territorial

O deputado Renato Vianna (PMDB-SC) considerou ontem inoportuna a proposta do anteprojeto da Comissão da Organização do Estado em criar sete novas unidades federativas em vista da crise econômica que o país atravessa. Assim revelou que pretende acompanhar a posição do relator da Comissão Temática, senador José Richa (PMDB-PR), rejeitando os desmembramentos e insistindo na necessidade de estudos prévios de viabilidade econômico-social da Comissão de Redivisão Territorial do Congresso sobre todas as propostas contidas no texto.

"É uma estratégia da emoção", comentou o deputado catarinense sobre a brecha aberta pelo acolhimento da proposta do relator Siqueira Campos (PDC/GO) pela Comissão, sobre a criação do estado de Tocantins — desmembramento de Goiás. "Sei que minha posição pode trazer um descontentamento aos defensores da redivisão, mas pretendo ir até a última instância, ou seja, à votação em plenário, para que esta ideia não vingue", salientou Renato Vianna. O parlamentar, enfatizan-

do as medidas de austeridade do presidente Sarney — com a implantação do Plano Bresser e o adiamento de obras do Plano de Metas — frisou que, "agora mais do que nunca, estou convicto de que a supressão desta proposta é um consenso nacional".

A dispersão de contingentes populacionais para novas áreas, explica o parlamentar, encarece em demasia o conjunto de obras de infraestrutura para receber e dar condições de vida que precisam ser feitas. "Eles estão mais preocupados em partir para ocupação de áreas menos saturadas do que resolver os problemas das áreas onde se iniciam as localizações da sociedade", disse. Vianna ressalta que "temos que avançar realisticamente", ponderando que este não é o momento adequado para estes desmembramentos, indicando que o veículo capaz e responsável em agilizar esta proposta é a Comissão da Redivisão do Congresso Nacional "que terá o prazo de um ano para constatar os estudos de viabilidade técnico-econômico-social dos novos estados".

## Gibson acredita que as mudanças serão poucas

O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), relator-assistente da Comissão de Sistematização, afirmou que não irá alterar o conteúdo dos relatórios aprovados nas comissões temáticas. Ele explica que o trabalho dos relatores, nessa primeira fase, é o de compatibilizar os artigos dos anteprojetos através de uma análise de forma, sem mudar o conteúdo. Gibson acrescentou que "quem estiver anunciando mudanças agora não está cumprindo as determinações do relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM)".

Com base nessas determinações, o deputado não quer dizer o anteprojeto que terá que reelaborar. Na sua opinião, todos os oito trabalhos "estão muito bem feitos"

e por isso acredita que "não sofrerão grandes mudanças". Ele ressalta, no entanto, que as reduções são inevitáveis, já que todas as comissões "extrapolaram suas atribuições".

O deputado prefere não utilizar os termos "progressista, conservador ou moderado" para definir o resultado dos trabalhos da Constituinte até o momento. Na sua opinião, "a guerra progressistas x conservadores" só existe nas páginas dos jornais. Gibson explica que a Constituinte representa forças maiores que essas definições. "Um deputado cumpre com o programa de seu partido, com as promessas eleitorais e com suas próprias ideias. Não existe nada além disso".

## Pacto de boa vontade é urgente, afirma Sandra

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), revelou ontem que a missão dos "relatores auxiliares" da Comissão de Sistematização — da qual faz parte — é racionalizar o material recebido (os sete substitutos aprovados nas comissões temáticas), des congestionar a pauta, enxugar a matéria, seja ela complementar ou ordinária, e depois tirar e ajustar os princípios fundamentais da nova Constituição.

Defendendo uma Constituição substantiva e eficiente, a parlamentar carioca citou trechos de Machado de Assis, que aconselha "dispensar adjetivos e ignorar os advérbios, pois a palavra tem o seu peso, valor e a sua substância". Ressaltou ainda que a palavra é uma forma definida, e por esta razão recebe como "um prêmio a minha indicação neste grupo que irá funcionar como um filtro da Constituição". Sandra revela que o relator "tem de ser fiel ao que se passou e não se deixar influenciar por convicções pessoais e ideológicas".

Acrescentou ainda que se faz necessário e urgente "um pacto de boa vontade, fé, conciliação e en-



Deputada quer Carta eficiente tendimento mútuo para se concluir os trabalhos da Constituinte, pois não estamos vivendo uma luta pelo poder". Pelo contrário, insiste, o Brasil precisa dar um grande passo com vistas no futuro de seu povo, e este é o papel dos constituintes".

# Relatores pretendem mudar ordem econômica

Os relatores adjuntos na Comissão de Sistematização, deputado Nelson Jobim e senador Fernando Henrique Cardoso, ambos do PMDB, pretendem, alterar o relatório aprovado na Comissão da Ordem Econômica, considerado retrogrado, ao contrário dos demais, que contém diversos avanços em suas propostas. As mudanças nos relatórios, porém, somente poderão ser feitas na segunda fase de trabalho da Comissão, porque até lá o relator-geral, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) e sua equipe estarão concentrados em compatibilizar os textos aprovados nas comissões temáticas.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, a Comissão de Sistematização tem que alterar

profundamente o relatório final da Comissão da Ordem Social. Já Nelson Jobim assinalou que a vitória da direita na comissão ocorreu dentro de um universo de cinco por cento dos parlamentares que compõem a Assembléia Constituinte.

"Nas comissões temáticas, cada constituinte escolheu que comissão deseja integrar, facilitando assim a formação de grupos de direita ou de esquerda. Mas, na Sistematização há uma ampliação deste universo", explicou o deputado. Ao fazer um levantamento dos resultados obtidos até agora, Nelson Jobim destacou as comissões do Sistema de governo e da Organização do estado. A seu ver, a Comissão do Sistema Tributário avançou em relação à

descentralização na arrecadação de impostos e a Comissão dos Direitos e Garantias Individuais progrediu, "notoriamente", em relação aos direitos individuais e coletivos e à criação de instrumento para assegurar estas prerrogativas. Ele lembrou que a Comissão da Ordem Social obteve grandes progressos, como a estabilidade no emprego, e somente na Comissão da Ordem Econômica constataram-se.

Para Nelson Jobim o resultado da Ordem Social tende a mudar pela pressão da sociedade e diante da força da convenção do PMDB, que pode adotar uma linha de atuação a ser seguida pelos parlamentares do partido e assegurada pela sua liderança na Constituinte.

## Para Távora, não é hora de alterar

O anteprojeto da Comissão de Sistematização que será levado ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte deverá sofrer pouquíssimas modificações em relação ao relatório final apresentado pela Comissão da Ordem Econômica. A opinião é do senador Virgílio Távora (PDS-CE), um dos relatores-adjuntos para o capítulo que trata da ordem econômica, para quem na atual fase não compete fazer alterações de ordem filosófica ou da emissão de conceitos.

Neste primeiro round, cabem-nos apenas compatibilizar o que foi escrito nos relatórios das diversas missões, evitando repetições ou contradições. Mas não nos cabe modificar as ideias. E

claro que o trabalho do relator é importante, mas a decisão final cabe ao plenário da Constituinte" diz o senador cearense.

Virgílio Távora abstém-se de emitir qualquer opinião sobre o caráter conservador ou progressista da Comissão da Ordem Econômica, que é o objeto mais direto do seu trabalho dentro da Comissão de Sistematização, por considerar-se suspeito para tal. "Por ser muito amigo do senador Severo Gomes nós trocamos muitas ideias na fase de sua elaboração e, evidentemente, eu concordava em muitos pontos com o seu texto (o relatório Severo foi rejeitado, em favor de um substitutivo apresentado pelo chamado grupo conservador).

chamado grupo conservador). Mesmo assim, Távora diz não ter dúvidas de que, no segundo round, quando o plenário da Constituinte passará a apreciar as emendas apresentadas, será alterado inclusive o conceito filosófico do capítulo referente à ordem econômica, em muitos pontos.

O outro relator-adjunto da Comissão de Sistematização no capítulo que trata da ordem econômica, deputado Joaquim Bevilacqua, imagina que o trabalho de compatibilização será muito árduo, diante da radicalização havida durante os trabalhos da comissão, e da extensão da matéria.